

INSPEÇÕES



ENCONTROS REGIONAIS



51 ANOS CGJ-PE



EXPANSÃO DA CEMANDO



BENS APREENDIDOS



CIDADANIA

Parceria com o Extrajudicial em benefício da população.



INCREMENTO NA PRODUTIVIDADE



PLANTÃO CGJ-PE



BALANÇO DE 1 ANO TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

**CGJ-PE: COMPROMISSO
COM A EFICIÊNCIA**



COMPOSIÇÃO

RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO

Corregedor-Geral da Justiça

FREDERICO DE MORAIS TOMPSON

Juiz assessor especial da Corregedoria Geral da Justiça

ROBERTA VIANA JARDIM

Juíza assessora especial da Corregedoria Geral da Justiça

CARLOS DAMIÃO PESSOA COSTA LESSA

Juiz corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial

PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA

Juiz corregedor auxiliar da 1ª Entrância

JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA FILHO

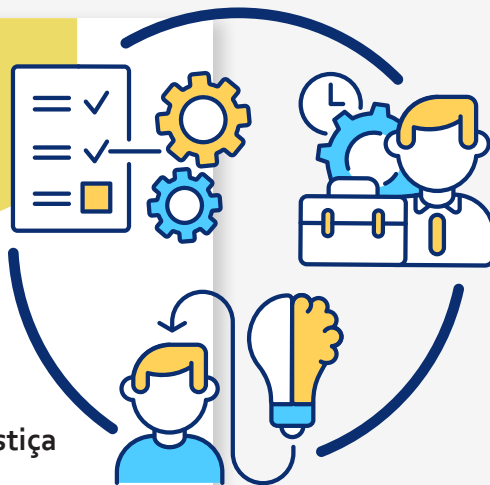
Juiz corregedor auxiliar da 2ª Entrância

SÔNIA STAMFORD MAGALHÃES MELO

Juíza corregedora auxiliar da 3ª Entrância

KARINA ALBUQUERQUE ARAGÃO DE AMORIM

Juíza corregedora para o Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais



EXPEDIENTE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Jornalistas responsáveis

Edição e revisão de textos: Rebeka Maciel | Ascom CGJ-PE

Redação: Rute Arruda | Ascom CGJ-PE

Projeto gráfico, artes e diagramação: Natalie Jesus | Ascom CGJ-PE

Fotos: Assis Lima | Ascom TJPE

Rebeka Maciel | Ascom CGJ-PE

Kg Produções

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) disponibiliza o Balanço de um ano de Gestão. O documento busca dar transparência às ações desenvolvidas pela CGJ-PE desde fevereiro de 2022. As iniciativas tiveram como principal foco a eficiência do Judiciário.

Trata-se de um documento que apresenta, de maneira detalhada, as atividades realizadas e seus resultados, o desempenho dos indicadores vinculados a cada unidade participante e demonstra o compromisso da Corregedoria em atender as Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça.

Entre as principais ações desenvolvidas pela CGJ-PE, estão as inspeções das unidades judiciárias e extrajudiciais do Estado. Todas as unidades da Capital ao Interior têm sido constantemente monitoradas com o objetivo de garantir, essencialmente, orientação e suporte para as atividades desempenhadas.

A destinação adequada dos bens apreendidos vinculados a processos foi outra preocupação da gestão, que envidou esforços para atingir os objetivos traçados, garantindo agilização nos procedimentos adotados. Milhares de peças foram doadas a Organizações Não Governamentais para reaproveitamento e uso sustentável.

Já os leilões judiciais têm buscado minimizar a desvalorização natural dos veículos apreendidos. Os objetos têm sido separados, catalogados e avaliados. Os leilões têm ocorrido de forma eletrônica ou presencial. O trabalho, só em 2022, garantiu a venda 450 veículos e arrecadação de R\$1.335.295,00, que foram depositados nas contas vinculadas aos processos.

A Cemandu foi expandida na 2ª Entrância, passando a funcionar em 38 comarcas e tornando mais eficiente a distribuição e cumprimento de mandados. Encontros Regionais reuniram juízes e servidores de todo o Estado para divulgação de boas práticas de gestão e aprimoramento das atividades.

Ações sociais, como os Mutirões da Cidadania, também foram realizadas,

com foco nas documentações de vítimas das chuvas. Parcerias foram fechadas para garantir a gratuidade na emissão de segundas vias de certidões para as populações vulneráveis.

A CGJ-PE completou 51 anos e diversas autoridades foram homenageadas como agradecimento pelos serviços prestados à sociedade pernambucana e pelas contribuições para a Justiça.

O Regimento Interno da Corregedoria foi atualizado e diversos atos foram publicados com a intenção de aprimorar o Judiciário. Foi um ano de atuação intensa, com a preocupação de melhorar o acesso à Justiça, a gestão nas unidades e a eficiência do serviço prestado.

O balanço com as informações compiladas está disponível em meio eletrônico na página da Corregedoria, na aba Institucional/Relatórios, consubstanciando-se em fonte de consulta acerca das atividades desenvolvidas pela CGJ-PE no decorrer do período compreendido de fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023.

SUMÁRIO

INSPEÇÕES



BENS APREENDIDOS



PLANTÃO CGJ-PE



CIDADANIA



EXPANSÃO DA CEMANDO



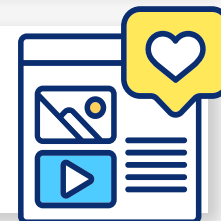
ENCONTROS REGIONAIS



INCREMENTO NA PRODUTIVIDADE



51 ANOS CGJ-PE



INSPEÇÕES

Inspeções buscam orientação e suporte às unidades judiciárias e extrajudiciais

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco é o órgão do Tribunal de Justiça responsável pela fiscalização, disciplina, controle e orientação dos serviços judiciais do Estado de Pernambuco. Também possui a incumbência de fiscalizar e orientar os cartórios, avaliar o desempenho de juízes em estágio probatório, abrir sindicâncias, instaurar e ultimar processos administrativos.

A atual gestão tem buscado, essencialmente, a orientação e suporte, promovidos por meio das correições e inspeções, para garantir o aprimoramento das unidades, com foco na eficiência na prestação de serviço.

As correições ou inspeções foram realizadas por

cinco juízes corregedores, apoio da Auditoria de Inspeção, sob o comando do corregedor-geral. Só em 2022, foram realizadas mais de mil vistorias em unidades judiciárias e extrajudiciais localizadas em comarcas da capital e interior.

“Nosso intuito é contribuir para um Judiciário de excelência, que preste um serviço cada vez melhor para as pernambucanas e pernambucanos”, destacou o corregedor-geral.

As atribuições da Corregedoria Geral da Justiça estão definidas no Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, Lei Complementar número 100, de 21 de novembro de 2007, dos artigos 35 ao 43.



INSPEÇÕES 1ª ENTRÂNCIA

Corregedoria Auxiliar inspeciona todas as unidades judiciárias da 1ª Entrância

Garantindo o compromisso em monitorar o cumprimento das atividades nas unidades judiciárias do Estado, a Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância inspecionou, em 2022, as 97 unidades previstas no cronograma de vistorias do ano. No total, 100 pareceres oriundos de processos de inspeção foram emitidos. Sob coordenação do juiz Paulo Victor de Almeida, compete à Corregedoria Auxiliar a inspeção de 92 Comarcas situadas no Interior de Pernambuco. As vistorias tiveram como foco o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além da melhoria na prestação jurisdicional em todo território pernambucano.

Ao longo do ano, foram inspecionadas Afrânio, Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Aliança, Altinho, Amaraji, Angelim, Belém do São Francisco, Betânia, Bodocó, Bom

Conselho, Bom Jardim, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cabrobó, Cachoeirinha, Caetés, Camocim de São Félix, Canhotinho, Capoeiras, Carnaíba, Catende, Condado, Correntes, Cortês, Cumaru, Cupira, Custódia, Exu, Feira Nova, Ferreiros, Flores, Floresta, Gameleira, Glória do Goitá, Iati, Ibimirim, Inajá, Ipubi, Itaíba, Itambé, Itapetim, Itapissuma, Itaquitinga, João Alfredo, Jupi, Jurema, Lagoa de Itaenga, Lagoa dos Gatos, Lagoa Grande, Lajedo, Macaparana, Maraial, Mirandiba, Orobó, Orocó, Panelas, Parnamirim, Passira, Pedra, Petrolândia, Pombos, Quipapá, Rio Formoso, Sairé, Saloá, Sanharó, Santa Maria da Boa Vista, Santa Maria do Cambucá, São Bento do Una, São Caetano, São João, São Joaquim do Monte, São José da Coroa Grande, São José do Monte, Serrita, Sirinhaém, Tabira, Tacaimbó, Tacaratu, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Toritama, Tracunhaém, Trindade, Triunfo, Tuparetama, Venturosa, Verdejante, Vertentes e Vicência.

A Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância emitiu 18 pareceres de procedimentos preliminares prévios submetidos ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto, além de 34 no âmbito de representações por excesso de prazo. Em relação aos processos administrativos disciplinares que tramitaram ao longo do ano, foram emitidos 10 pareceres submetidos ao crivo do corregedor-geral da Justiça e 4 encaminhados à Assessoria Técnica da CGJ-PE para fins de renovação da portaria.



Cronograma de inspeções de 2023 tem início

Desde o início do mês de janeiro de 2023, a Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância vem realizando inspeções em Comarcas localizadas no Agreste Central. Entre os dias 9 e 13, foram inspecionadas as unidades de Alagoinha, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha e Riacho das Almas.

Depois, as inspeções seguiram para as Comarcas de Sanharó, São Bento do Una, São Caetano e Tacaimbó. O calendário de inspeções para o primeiro semestre da Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância prevê visitas até o mês de junho, quando serão inspecionadas as Comarcas de Bom Jardim, Cumaru e Feira Nova, no Agreste Setentrional do Estado.

INSPEÇÕES 2ª ENTRÂNCIA

Corregedoria Auxiliar fiscaliza todas as 41 comarcas da 2ª Entrância

Em 2022, a Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância fiscalizou todas as 41 Comarcas sob sua competência para observar o cumprimento das atividades. As vistorias contam com o apoio da Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral, sob coordenação do juiz corregedor auxiliar Janduhy Finizola.

A Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância tem sob responsabilidade 203 unidades judiciárias. No total, 80% foram avaliadas de forma presencial pela equipe. Durante as inspeções, foram observados os índices de cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como taxa de congestionamento e estrutura física dos prédios.

As visitas originaram a emissão de 700 pareceres e 310 despachos, pelo PJeCOR. Também foram assinados 1.431 despachos, 59 decisões e 97 pareceres, pelo SEI, oriundos de processos de inspeção e demandas diversas, realizadas no decorrer do ano.

As unidades inspecionadas estão distribuídas nas Comarcas de Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Água Preta, Araripina, Bezerros, Belo Jardim, Bonito, Barreiros, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho, Carpina, Camaragibe, Escada, Gravatá, Garanhuns, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda,

Ouricuri, Paulista, Petrolina, Paudalho, Palmares, Pesqueira, Ribeirão, Sertânia, Salgueiro, Serra Talhada, São José do Egito, Surubim, São Lourenço da Mata, Santa Cruz do Capibaribe, Timbaúba, Vitória de Santo Antão.

CRONOGRAMA – Neste ano, as unidades judiciárias de 2ª Entrância já começaram a passar por nova inspeção. O calendário das visitas no primeiro semestre de 2023 teve início na segunda semana de janeiro e segue até o mês de junho. As primeiras vistorias foram realizadas na Comarca de Palmares, Mata Sul do Estado, sob a supervisão do corregedor auxiliar Janduhy Finizola. As inspeções ordinárias abrangem os gabinetes e secretarias das unidades, com prazo para conclusão de 45 dias.

Ao final das vistorias, são emitidos relatórios, com as ações a serem implementadas pelo(a) magistrado(a) responsável pela unidade. Durante as visitas não há suspensão do atendimento presencial ou remoto aos usuários da Justiça e nem dos prazos processuais, de forma a não comprometer a prestação do serviço jurisdicional.



INSPEÇÕES 3ª ENTRÂNCIA

Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância fiscaliza unidades judiciárias na Capital

Para garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e as boas práticas desenvolvidas nas unidades judiciárias, a Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância, que tem sob área de atuação a Capital do Estado, realizou inspeções ao longo de 2022, que contaram com apoio da Auditoria de Inspeção.

Foram mais de 170 inspeções durante o ano, incluindo a Vara de Fernando de Noronha e Justiça Militar, sob a coordenação da juíza corregedora auxiliar da 3ª Entrância, Sônia Stamford. Foram observados o cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, número de processos mais antigos julgados, taxa de congestionamento, quantidade de ações sem movimentação há mais de cem dias, entre outros critérios. As visitas também observaram questões técnicas e de infraestrutura, buscando garantir uma melhor prestação jurisdicional e condições ideais de trabalho para servidores e magistrados, utilizando uma trajetória embasada na humanização no Poder Judiciário.

Ferramenta virtual de atendimento do TJPE é expandida

Todas as Varas que funcionam no Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha Joana Bezerra, Recife, passaram a contar, em 2022, com a ferramenta Balcão Virtual, que busca proporcionar um atendimento mais eficiente ao jurisdicionado, por meio de um canal virtual. A expansão foi viabilizada após esforços em conjunto do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com a Corregedoria Auxiliar de 3ª Entrância por meio das inspeções realizadas. O Balcão Virtual também funciona em varas de todo Estado, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), Centrais de Cartas, Colégios Recursais, diretorias, gabinetes, Juizados Especiais, núcleos, além da Ouvidoria Geral da Justiça.

A ferramenta surgiu durante a pandemia de Covid-19 e permite o atendimento em tempo real por meio da plataforma Cisco Webex TJPE. A medida facilita o acesso à Justiça, por meio das secretarias das varas, gabinetes e diretorias, já que não é necessário se deslocar aos prédios do Judiciário pernambucano para obter informações processuais.

Através do Balcão Virtual, o atendimento é feito de forma individualizada, de acordo com a ordem do ingresso na plataforma, e as pessoas aguardam a sua vez na sala de espera virtual do respectivo setor. O agendamento prévio é necessário apenas nos casos em que a pessoa interessada deseje falar diretamente com a magistrada, o magistrado, os integrantes dos gabinetes ou das assessorias. A resposta será dada em até 48 horas da solicitação, indicando dia e horário para a videoconferência, bem como o link da sala.



INSPEÇÕES JUIZADOS ESPECIAIS

Juizados Especiais do Estado aumentam produtividade e cumprem metas do CNJ

Os 60 Juizados Especiais do Estado – nas competências Cível, Cível e Criminal, Criminal e Fazendário - aumentaram a produtividade ao longo de 2022 e solucionaram 122.909 processos. Somando os números do 1º e do 2º semestre do ano passado, o número de baixas em relação a 2021 cresceu 55,37%. Os resultados foram identificados nas inspeções ordinárias realizadas pela Corregedoria Auxiliar dos Juizados Especiais.

As vistorias realizadas têm buscado, essencialmente, orientação e suporte às unidades. Na análise das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2022, 78% dos Juizados Especiais cumpriram a Meta 1, referente a julgar mais processos que os distribuídos no ano. A Meta 2, por sua vez, que tinha como objetivo o julgamento de processos mais antigos, foi atingida por 97% dos Juizados Especiais. De acordo com o relatório emitido pela corregedora auxiliar para Juizados Especiais,

juíza Karina Aragão, aproximadamente 80% das unidades conseguiram alcançar as duas metas concomitantemente.

Além disso, 90% dos Juizados cumpriram a Meta 5, levando em consideração as duas condições para alcançá-la. A primeira tinha o objetivo de reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento nas unidades que atingiram a cláusula de barreira (56%) em 2021. Já aquelas que obtiveram porcentagem inferior deveriam atingir ao menos este valor.

Os Juizados Especiais de Pernambuco estão distribuídos nas Comarcas de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Paulista, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Petrolina, Pesqueira, Garanhuns, Goiana, Palmares, Surubim, Limoeiro, Vitória de Santo Antão e Gravatá.



Cronograma de inspeções de 2023 dos Juizados tem início neste mês

As unidades judiciárias integrantes do Sistema de Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo e Criminais do Estado de Pernambuco começarão a ser inspecionadas a partir deste mês. O calendário tem início no dia 6 e segue até o mês de junho, sob coordenação da corregedora para Juizados Especiais e Colégios Recursais, juíza Karina Aragão, e abrangerá gabinetes e secretarias.

INSPEÇÕES DO EXTRAJUDICIAL

Serventias extrajudiciais passam por inspeções para evitar possíveis irregularidades

Todas as serventias extrajudiciais do Estado passaram por inspeções para avaliação do serviço prestado pelos cartórios em 2022. Com o apoio da Auditoria de Inspeção e dos juízes das Comarcas, a Corregedoria Auxiliar do Extrajudicial analisou possíveis irregulares quanto aos cumprimentos de Provimentos da CGJ e do CNJ, a documentos irregulares (certidões FGTS, trabalhista, ISS, RF, apólice de seguro de incêndio e de RC, etc).

No total, o Estado conta com 543 serventias extrajudiciais. As inspeções aconteceram, em todas, de forma virtual pela equipe de auditoria. Outras 175 inspeções aconteceram presencialmente, sendo, em algumas, pela equipe comandada pelo corregedor auxiliar para o Serviço Extrajudicial, juiz Carlos Damiano Pessoa Costa Lessa, e, em outras, pelos juízes das comarcas.

O trabalho resultou na investigação e

afastamento e suspensão de diversos titulares de cartórios. Em duas situações, houve a perda da outorga de delegação por irregularidades, falta de conservação da estrutura das unidades e ausência de repasse dos valores de emolumentos. Entre eles, está o caso da Serventia Registral e Notarial de Belém de Maria, cujo tabelião perdeu a delegação por manter uma filial do cartório em funcionamento na Capital, apesar da legislação vigente determinar que os atos de registro sejam praticados na unidade local. Outra serventia encontra-se em investigação pelo mesmo motivo.

A Corregedoria do Extrajudicial continua realizando as inspeções e investigando outras denúncias apresentadas. O trabalho tem foco na eficiência da prestação dos serviços notariais e de registros, sobretudo visando mais agilidade, conforto e menor custo para os usuários.



ASSESSORIAS TÉCNICA E ESPECIAL

Assessorias da Corregedoria Geral da Justiça garantem apoio ao público externo e magistrados

As Assessorias Técnica e Especial da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), sob coordenação dos juízes Frederico Tompson e Roberta Viana, respectivamente, realizaram um trabalho de apoio e parceria conjunta com diversos órgãos públicos e entidades privadas a fim de atender não só as demandas do público externo, mas também dos magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Responsável pela análise dos casos e elaboração das minutas referentes a reclamações/solicitações que envolvem magistrados e magistradas, entre outras atividades, a Assessoria Especial atuou em diversos processos na plataforma PJeCor. De fevereiro a

dezembro de 2022, foram distribuídos, pela Assessoria Especial, mais de 1.380 processos, com 794 procedimentos decididos e 736 arquivados. Também foram recebidos 453 malotes digitais, 323 SEIs e 1.264 e-mails. Os pedidos tratam de solicitação de informações, recambiamentos, antecedentes criminais, cumprimento de cartas precatórias, reclamações em face de magistrados, pedidos da Corregedoria Nacional de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Nenhum processo deixou de ser respondido fora do prazo estipulado.

A unidade também foi a responsável pela elaboração ou revisão de minutas de mais de duas dezenas de dispositivos normativos, dentre os quais provimentos, resoluções, atos, recomendações e



avisos, bem como expedição de ofícios, todos submetidos à apreciação do corregedor-geral da Justiça.

A Assessoria Técnica tem, entre suas atribuições, a área Jurídica, o Núcleo de Monitoramento de Perfil de Demandas (NUMOPEDE), Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ) – incluindo os Encontros Regionais, leilões de veículos apreendidos e a remoção de bens em depósitos judiciais. Além de diversas outras atividades, como apoio às atividades do



Programa Justiça Eficiente e das Centrais de Agilização Processual (Cível e Criminal - juízes) e de Apoio Remoto (servidores), especialmente no tocante às unidades deficitárias.

A unidade também atuou na recepção, encaminhamento e acompanhamento das demandas enviadas ao malote, e-mail e ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI), dando segmento a demandas e respondendo dúvidas; recepção dos pedidos de providências e de

processos administrativos contra servidores com pareceres das Corregedorias Auxiliares de 1ª, 2ª e 3ª entrância e da Corregedoria dos Juizados.

A elaboração de minutas de despachos, ofícios, decisões, relatórios e votos nos processos e procedimentos em tramitação no PJeCor, assim como o recebimento, encaminhamento, juntadas de documentos e expedientes, e de outras movimentações necessárias à alimentação de processos dentro das plataformas de tramitação da Corregedoria também estão entre as atribuições da Assessoria Técnica. No total, transitaram na unidade, entre fevereiro de 2022 e o início de janeiro de 2023, 150 processos

– entre processos administrativos disciplinares (PAD), pedidos de providências, reclamações disciplinares e inspeções. Sobre o malote digital (MD) e o sistema eletrônico de informações (SEI), foram contabilizadas 73 documentações que resultaram em 15 autuações no PJeCor, 09 despachos, 49 encaminhamentos a diversos setores e 12 conclusões.

Com relação à movimentação na plataforma PJeCor, foram distribuídos, pela Assessoria Especial, mais de 1.380 processos entre fevereiro e dezembro de 2022, com 794 procedimentos decididos e 736 arquivados. Além da recepção de 453 malotes digitais, 323 SEIs e 1.264 e-mails.

PLANTÃO CGJ-PE

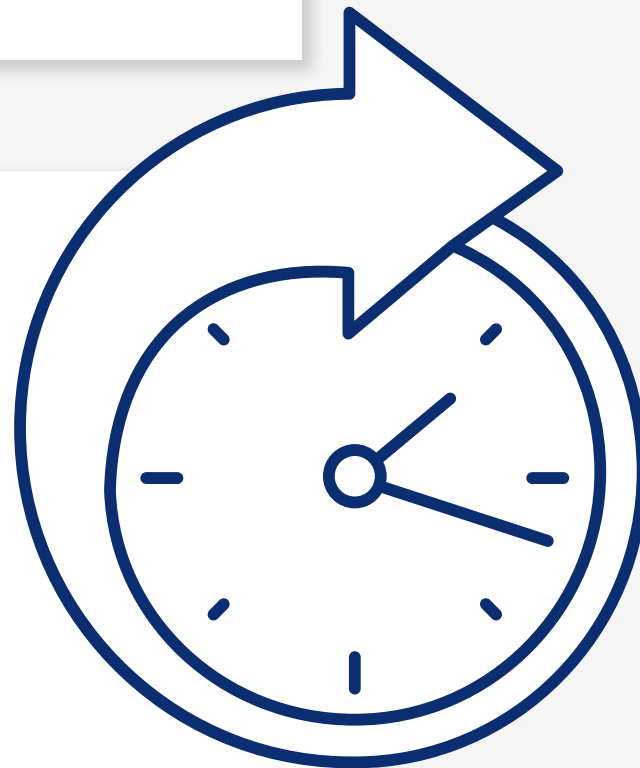
Corregedoria Geral da Justiça passa a contar com plantão em fins de semana, feriados e recessos

Em 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), instituiu plantões judiciais durante feriados, fins de semana, períodos de recesso no âmbito da Justiça Estadual, além nos dias úteis em que o horário do expediente forense seja excepcionalmente reduzido.

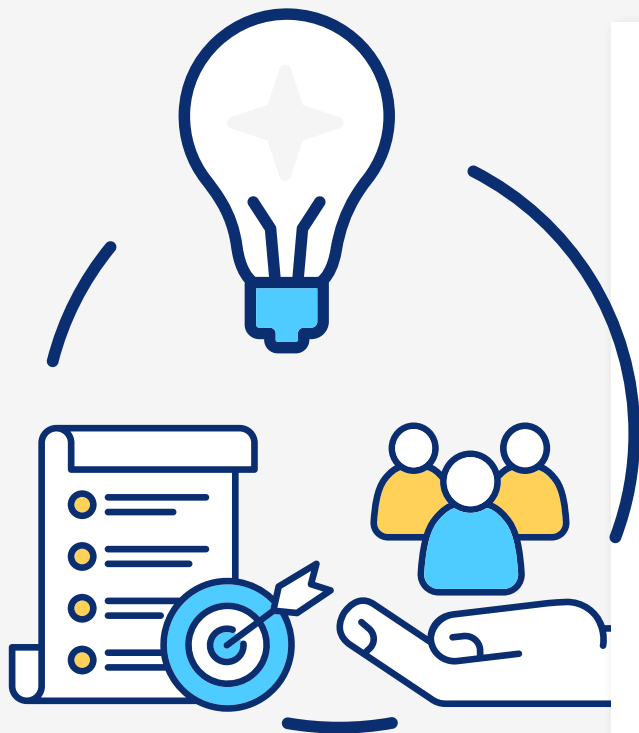
A medida foi assinada pelo corregedor-geral, desembargador Ricardo Paes Barreto, e publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do dia 15 de fevereiro e já entrou em funcionamento no final de semana seguinte (19 e 20 de fevereiro). De acordo com a Instrução Normativa CGJ/PE nº 01/2022, o usuário externo pode fazer sua comunicação por meio do e-mail cgj.plantao@tjpe.jus.br, contato telefônico e/ou Whatsapp, através do número (81) 99960-6500.

Não são objeto de apreciação no plantão da CGJ as matérias próprias de plantão judicial e as que não sejam urgentes. O horário do plantão judicial, no âmbito da CGJ, é das 13h às 17h, em conformidade com a Resolução TJPE nº 267 de 18 de agosto de 2009.

A equipe do plantão judicial é composta por um juiz ou juíza auxiliar da CGJ-PE; um servidor ou servidora da CGJ-PE; e um ou uma motorista. A escala de magistrados e magistradas e de servidores e servidoras é mensal e observa a lista de antiguidade publicada no DJe pela Secretaria Judiciária.



EXPANSÃO DA CEMANDO



Central de Mandados chega a 38 Comarcas de 2ª Entrância

A Central de Mandados (Cemandos) teve sua atuação expandida em 2022 e chegou a 38 Comarcas de 2ª Entrância. Por determinação do corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, no Provimento nº 02/2022, a unidade, que funcionava em 20 Comarcas, foi criada em municípios que possuem mais de uma serventia judicial e ainda não contavam com essa instituição. O objetivo da expansão foi tornar mais eficiente e agilizar a distribuição e o cumprimento de mandados, garantindo também a otimização do trabalho dos oficiais de Justiça.

Com a expansão, a Cemando passou a funcionar nas Comarcas de Abreu e

Lima, Afogados da Ingazeira, Água Preta, Araripina, Arcoverde, Barreiros, Belo Jardim, Bezerros, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Carpina, Caruaru, Escada, Garanhuns, Goiana, Gravatá, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda, Ouricuri, Palmares, Paudalho, Paulista, Pesqueira, Petrolina, Salgueiro, Santa Cruz do Capibaribe, São José do Egito, São Lourenço da Mata, Serra Talhada, Sertânia, Surubim, Timbaúba e Vitória de Santo Antão.

As Comarcas de 2ª Entrância que não têm Cemando são as que só possuem uma serventia, de acordo com o Provimento 06/2022. São elas: Bonito, Itamaracá e Ribeirão.

INCREMENTO NA PRODUTIVIDADE



Centrais de Agilização aceleram julgamento de processos

Ao longo de 2022, as Centrais de Agilização Processual atuaram com o objetivo de dar suporte às unidades judiciárias para fins de aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional. As centrais são vinculadas à Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco e integram o Programa Pernambuco Faz Justiça, sob supervisão da Assessoria Especial da CGJ.

Depois da mudança de endereço das Centrais de Agilização Processual da Capital, que passaram a funcionar no 4º andar do Fórum Thomaz de Aquino, localizado no Bairro de Santo Antônio, o Ato Conjunto nº 03/2022, determinou o envio, à unidade, dos processos incluídos na Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram remetidas as ações

que estavam nas varas cíveis, acidentes de trabalho, família, sucessões e registros públicos, fazenda pública, execução de títulos extrajudiciais e executivos fiscais (apenas da classe embargos à execução) do Recife e das Comarcas Região Metropolitana, conclusas para sentença ou paralisados no gabinete há mais de 100 dias.

Também ficou instituído, por meio do Ato Conjunto de nº 15/2022, a Central de Agilização Processual com sede na Capital, mutirão para julgamento de processos criminais com réus presos, e em tramitação nas Comarcas da Capital e Região Metropolitana do Recife (RMR), que se encontravam conclusas para sentença.

Um mutirão para julgamento de

processos em tramitação nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Capital e Região Metropolitana do Recife (RMR) foi determinado pelo Ato Conjunto nº 16/2022 também na Central com sede na Capital. A ação foi conduzida pela coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPE, desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira, e pelo juiz coordenador da Central de Agilização Processual Criminal da Capital, Luiz Carlos Vieira de Figueiredo.

Caruaru também está contando com uma Central de Agilização. A unidade, com jurisdição em todas as Comarcas integrantes das 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 19ª circunscrições judiciárias, está atuando no julgamento dos processos incluídos na Meta 2 do CNJ, conforme o Ato nº 4/2022 da Corregedoria Geral da Justiça.





Atos Normativos buscam aprimorar atuação nos Juizados

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), por meio da corregedora auxiliar dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, juíza Karina Aragão, vem divulgando atos normativos aos magistrados com intuito de aprimorar a atuação nos Juizados. As recomendações conjuntas também buscam atender às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Instruções normativas aos juízes recomendaram quanto ao julgamento antecipado da lide; ao impulsionamento dos processos paralisados na Secretaria; redistribuição de processos no sistema PJe por declínio de competência - no âmbito dos Juizados Especiais Criminais; e sobre abertura da terceira turma de audiência una de conciliação e julgamento para fins de agilização nas unidades com pautas de audiência excedentes ao mês de dezembro de 2022.

Este ano, a primeira recomendação, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 5 de janeiro, é relativa às providências a serem adotadas na hipótese de não localização de bens penhoráveis após busca nos meios eletrônicos convenientes e vai desde a intimação do credor para indicação de bens elegíveis à penhora até a extinção do processo e arquivamento definitivo.

Mutirão para agilização de processos Especiais contribuem para aumento da produtividade no Estado

A partir de uma parceria entre a Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais do Estado, foram promovidos, ao longo de 2022, mutirões para agilização de processos, contribuindo para o aumento da produtividade e o alcance das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em Jaboatão dos Guararapes, o Juizado Especial Criminal (Jecrim) realizou, no mês de junho, 929 audiências, que resultaram em

330 sentenças e 291 ações arquivadas. O mutirão teve como objetivo contribuir para o alcance da Resolução 420/2021, do CNJ, que colocou como meta que os Tribunais brasileiros extingam todos os processos físicos até 2024. As ações julgadas nos Juizados Especiais Criminais envolvem contravenções ou crimes cuja pena máxima prevista não ultrapassa dois anos de privação de liberdade.

Já no município de Caruaru, Agreste do Estado, mais de 100 processos do acervo do Jecrim foram agilizados através do Mutirão de Audiências Preliminares de Proposta de Transação Penal, realizado em maio. A iniciativa buscou dar maior celeridade à resolução de procedimentos criminais de menor potencial ofensivo físicos, represados em razão da pandemia da Covid-19 no âmbito do Juizado de Caruaru. No total, 81 audiências foram realizadas, das quais 79 com transações penais homologadas.



Magistrados se reúnem durante 1ª Jornada dos Juizados Especiais de Pernambuco

O cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi o tema central da I Jornada de Atualização dos Juizados Especiais de Pernambuco, realizada no mês de dezembro de 2022. O encontro foi promovido pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) e pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A coordenação ficou a cargo da corregedora auxiliar dos Juizados Especiais, juíza Karina Albuquerque Aragão de Amorim, e da coordenadora dos Juizados Especiais de Pernambuco, juíza Ana Luiza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara.

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, esteve presente na abertura, realizada na Escola Judicial (Esmape) no formato remoto e presencial, e apontou os resultados alcançados, identificados após Inspeções Ordinárias nos 60 Juizados Especiais do Estado. “A Meta 1 foi alcançada por 78% juizados; a Meta 2, por 97%; Metas 1 e 2, 77% alcançaram; Meta 5, 90%. Tivemos um incremento de mais de 150% no exercício de 2022”, destacou.

A 1ª Jornada dos Juizados Especiais também contou com as presenças do diretor da Esmape, desembargador Francisco Bandeira de Mello; do então procurador-geral do Estado, Ernani Medicis; do presidente da Associação de Magistrados, juiz Igor Rêgo; e do assessor especial da Presidência do TJPE, juiz Gleydson Lima.

Após a abertura, foram realizadas palestras e oficinas temáticas comandadas por desembargadores e juízes sobre diversos temas, como a Nova Lei de Custas e sua aplicação no âmbito dos Juizados Especiais, entre outros.



Convênio entre TJPE e PGE busca enfrentamento de demandas repetitivas em Varas e Juizados Especiais Fazendários

Durante a 1ª Jornada de Atualização dos Juizados Especiais, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco firmaram um Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa para o mapeamento, a identificação e o enfrentamento de questões jurídicas repetitivas, em trâmite nas Varas e Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado.

O convênio, assinado em 5 de dezembro de 2022 pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto, e pelo então procurador-geral do Estado, Ernani Medicis, tem prazo de dois anos, contados a partir da data de assinatura, com possibilidade de ser prorrogado. A expectativa é de minimização da judicialização; progressiva diminuição do acervo de demandas judiciais nas Varas e Juizados Especiais da Fazenda Pública do TJPE, de modo a reduzir a taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco; e maior efetividade à atuação da Justiça estadual e agilização dos serviços jurisdicionais.

BENS APREENDIDOS



Destinação adequada de bens apreendidos é prioridade da atual gestão da CGJ

A destinação correta de bens apreendidos é um dos temas principais da atual gestão da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE). Durante todo o ano de 2022, foram promovidos leilões, doações à ONGs, que ficaram responsáveis pelo reaproveitamento e uso em ações sociais, além de publicações de instruções normativas, do Manual de Destinação de Bens Apreendidos em Processos Criminais e parcerias com diversos órgãos.

A primeira recomendação de 2022 orientou os magistrados estaduais com competência criminal a observar o rigoroso controle relativo ao comando da Resolução nº 356/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial, os procedimentos

para alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arretados em procedimentos criminais.

A iniciativa observa o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O documento destaca que os magistrados com competência criminal, nos autos em que existam bens e ativos apreendidos ou que sejam objeto de medida assecuratória, deverão, entre alguns pontos: manter, desde a data da efetiva apreensão,





arresto ou sequestro, rigoroso acompanhamento do estado da coisa ou bem, diretamente ou por depositário formalmente designado, sob responsabilidade; realizar busca ativa e restituição do bem apreendido à vítima, quando cabível e na medida das possibilidades.

Ainda com relação a orientações, foi publicada a Instrução Normativa nº 2/2022, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), que regulamenta o controle dos bens apreendidos e sob a guarda vinculados a processos judiciais cíveis e criminais no âmbito do Judiciário estadual. Segundo o documento, apenas os bens que

forem objeto de apreensão processual para fins de encaminhamento a leilão ou destruição, serão recolhidos e guardados nos depósitos disponíveis nas unidades judiciárias do Estado.

Em junho, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Ricardo Paes Barreto, assinou uma instrução normativa em conjunto com a Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Ministério Público Estadual (MPPE), a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Detran-PE, para agilizar o processo de destinação desses objetos apreendidos em razão da prática de crimes.

O documento determina que, passados 60 dias sem manifestação do

proprietário do item, este será objeto de alienação cautelar. O regramento ainda estabelece procedimentos facilitados e fixa um calendário padrão para a tomada de medidas que agilizem o reaproveitamento, venda ou descarte, conforme a avaliação sobre as condições de cada produto e a existência ou não de interessados no leilão. A maior parte dos bens armazenados no Estado é formada por motocicletas, bicicletas e automóveis.

Já em parceria com a Polícia Federal, foi assinado provimento para tornar mais rápida a destinação de veículos apreendidos e custodiados em pátios da Polícia Federal, vinculados a processos criminais do TJPE. O Provimento nº 9/2022, determina que, decorrido o prazo de 60 dias da publicação de edital para a alienação de veículos sem oposição, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fica autorizada a realização da hasta pública, e eventual compactação, dos veículos descritos no edital publicado, desde que vistoriados e avaliados, com constatação fotográfica e descrição básica das características.

O documento prevê, ainda, que as partes, o Ministério Público e terceiros interessados poderão requerer a manutenção da apreensão, a restituição ou a exclusão do veículo da listagem publicada, diretamente nos respectivos autos, no prazo de 10 dias da publicação do respectivo Edital.

Todo esse trabalho tem sido coordenado pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais, instituído por meio da Portaria nº 17/2022 da Corregedoria-Geral da Justiça de Pernambuco, composto por quatro magistrados e cinco servidores. O juiz Frederico de Moraes Tompson, assessor especial da Corregedoria, assumiu a coordenação geral do grupo. Também integram o comitê: Evanildo Coelho de Araújo Filho, juiz da Décima Quinta Vara Criminal da Capital; Lauro Pedro dos Santos Neto, juiz da 13ª Vara Cível – Seção B da Capital; Osvaldo Teles Lobo Júnior, juiz da 1ª Vara da Comarca de Sertânia; Adriana Cristina dos Santos Silveira, Alda Alves Nery da Fonseca, Maria Célia Gomes Vasconcelos, Valmir Wagner de Freitas Silva e Flávio Fernando Barros M. de Andrade.

CGJ-PE publica manual de destinação de bens apreendidos em processos criminais

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) publicou o Manual de Destinação de Bens Apreendidos em Processos Criminais. O documento possui caráter normativo e pedagógico e tem o objetivo de auxiliar os magistrados e servidores, otimizando os atos processuais, o andamento dos procedimentos penais relacionados aos bens, além de garantir a celeridade e eficácia, com a padronização e integração de ações.

O manual, disponível no site da Corregedoria, foi elaborado a partir dos trabalhos de uma comissão composta pelos juízes Frederico de Moraes Tompson, assessor especial da CGJ e presidente da Comissão; Paulo Victor de Almeida, corregedor auxiliar da 1ª Entrância; Osvaldo Teles Lobo Júnior, relator do manual e juiz de direito da 1ª Vara de Sertânia; e pela secretária-geral da CGJ-PE, Anna Karolina Costa de Oliveira.

O documento é dividido em três partes, sendo a primeira sobre as modalidades de destinação de bens apreendidos ou sujeitos a medidas assecuratórias em relação aos quais existe processo judicial vinculado; a segunda, trata dos bens apreendidos - há muito tempo armazenados - em que não foi possível identificar o número do processo judicial a eles relacionados. Neste caso, as medidas adotadas têm índole administrativa e devem tramitar no SEI/TJPE. Já a terceira parte do manual conta com anexos relativos às referências bibliográficas e os atos regulamentares mencionados.

O tema é uma prioridade da atual gestão do corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto. Ao longo do ano de 2022, a CGJ-PE realizou a remoção de bens recolhidos em depósitos no Estado com o intuito de dar as destinações adequadas aos objetos.



Leilões da Corregedoria-Geral da Justiça de Pernambuco arrematam 450 veículos

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) realizou, em 2022, diversos leilões de veículos, entre carros e motos, apreendidos em processos judiciais. Os leilões foram de veículos das Comarcas de Iati, Cumaru, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Ipojuca, além do Depósito Judicial do Cabanga, totalizando 450 vendidos e R\$ 1.335.295,00 no valor total de arrematações.

O Leilão da Comarca de Iati, realizado em fevereiro de 2022, arrematou 5 veículos, totalizando R\$ 18.750,00. No Cabanga, foram realizados 4 leilões, entre junho e dezembro, sendo o último de lotes remanescentes dos leilões anteriores e com 50% do valor da avaliação, totalizando 184 veículos arrematados e R\$ 522.570,00.

Já em Cumaru, dos 16 veículos do edital, sendo a maioria sucata, 1 foi arrematado, no valor de R\$ 16.200,00. No leilão realizado das Comarcas de Gravatá e Ipojuca, foram arrematados 73 veículos, contabilizando R\$ 440.485,00. Em Vitória de Santo Antão, dos 197 veículos do edital, 187 foram arrematados, totalizando R\$ 337.290,00. Os valores ficam em contas vinculadas aos processos.

Corregedoria realiza doações de milhares de bens em depósitos judiciais

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) doou, ao longo de 2022, milhares de bens apreendidos vinculados a processos e que estavam em depósitos judiciais da Capital, Zona da Mata e Agreste. O trabalho da CGJ-PE também contou com inspeções e instruções durante todo o ano a fim de garantir a destinação correta desses objetos. Pneus, roupas e acessório; cadeiras, máquinas de costura; TVs; cabos e materiais elétricos; aparelhos de ar condicionado; bicicletas estão entre os itens retirados.

A coordenação do trabalho desenvolvido pela Corregedoria é realizada pelo Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais, que tem à frente o assessor especial da CGJ, juiz Frederico Tompson, com o suporte do Núcleo de Apoio aos Juízes. O grupo é responsável por consolidar o controle sobre as informações referentes aos

bens apreendidos em procedimentos criminais, inclusive para possibilitar a extração de dados estatísticos e a adoção de políticas de conservação e administração desses bens, até a sua destinação final.

O trabalho realizado observa a necessidade de adoção de medidas gerenciais que se revertam em prática cartorária permanente através da sistematização de rotinas cartorárias e da venda antecipada de bens apreendidos mediante leilão unificado, visando à salvaguarda do meio ambiente e à interrupção da deterioração e desvalorização dos bens custodiados. A identificação das empresas que receberam as doações foi realizada pelo Núcleo de Sustentabilidade da Coordenadoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que tomou como base convênios do Judiciário



estadual, como o da Cooperativa Coopagres e da Oscip Moradia e Cidadania para coletas de resíduos sólidos.

Somente no Depósito Judicial da Capital, sediado no Fórum de Olinda, foram removidos 690 pneus, o equivalente a 7.473 quilos, pela Green Tire Ambiental Ltda (Reciclape). Além disso, 249 carteiras escolares foram entregues à ONG Moradia e Cidadania-Coordenação

Pernambuco, parceira do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que tem a missão de promover cidadania de populações em situação de vulnerabilidade social. A ONG também ficou responsável pela remoção de 280 capacetes.

Aproximadamente 5 mil peças de roupa, 1 mil bolsas e 160 pares de calçados também fizeram parte dos bens apreendidos e posteriormente doados à ONG Moradia e Cidadania-Coordenação Pernambuco. O Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Recife Santa Paula Frassinetti, recebeu 237 bicicletas. Já a empresa Ecoblend Soluções Ambientais LTDA, ficou responsável por recolher e destruir CDs, DVDs e capas para celular piratas, totalizando aproximadamente 22 toneladas. A empresa também se responsabilizou por outros bens de natureza diversa vinculados a processos e alguns bens em que não foi possível fazer a identificação do processo

- a exemplo de madeira em geral, fogões, lixeiras, etc. que, em sua maioria, se trata de bens inservíveis - para dar destinações ambientalmente corretas, como doação, reutilização ou destruição. A Ecoblend continua em atuação para realizar novas remoções.

Desocupado por meio do trabalho realizado pela CGJ em parceria com a Diretoria do Foro, o Depósito Judicial de Vitória de Santo Antão armazenava bens como cofre, jante, TV, grades de cerveja, cadeiras plásticas, máquinas caça níqueis (foram destruídas), carros de mão, pedaços de madeira, armário, mesa, computadores, geladeira, fogão, colchão, gradil de cama, estante, caixa d'água, lençóis, roupas, tonel, escada, impressora, sofá, jarra, capacetes; que foram encaminhados para a reciclagem, realizada pela empresa Reciclagem da Madeira, situada no Primitivo de Miranda, no mesmo município.



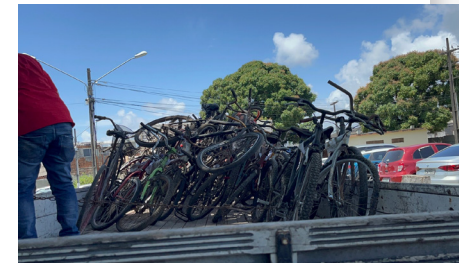
A ONG Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Recife Santa Paula Frassinetti também recebeu 25 bicicletas que estavam no depósito localizado na Zona da Mata do Estado. Além disso, para aparelhos de som, o leiloeiro apresentou uma proposta de compra, analisada pela juíza Diretora do Foro, e esses bens foram alienados e o valor revertido para compras de cestas básicas doadas à população carente.

Em Caruaru, os bens armazenados no depósito também foram destruídos ou doados e o espaço foi reformado, possibilitando a expansão da Diretoria Cível do Agreste, que foi instalada em 2017, com 18 servidores e 12 unidades vinculadas. Atualmente, já são 20 unidades e o número de servidores cresceu para 51.

Pneus apreendidos em processos judiciais são utilizados como fonte de energia

Pneus apreendidos em processos judiciais e que estavam armazenados no Depósito Judicial da Capital, sediado no Fórum de Olinda-PE, foram doados à Green Tire Ambiental Ltda (Reciclape). No total, foram removidos 690 pneus, com peso equivalente a 7.473 quilos, no ano de 2022.

A empresa, que é a primeira recicladora de pneus inservíveis do Estado, ficou responsável pela trituração e pelo seu envio para fábricas de cimento, onde servirão de combustível para seus fornos.



Mais de 260 bicicletas apreendidas são utilizadas em iniciativas voltadas à sociedade

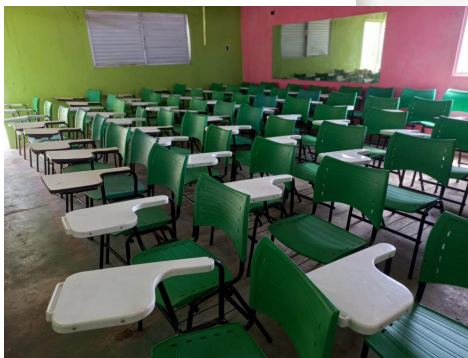
Ao longo de 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) realizou doações de 262 bicicletas à ONG Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Recife Santa Paula Frassinetti. Oriundas de processos judiciais, as bicicletas estavam armazenadas no Depósito Judicial da Capital e no Depósito Judicial de Vitória de Santo Antão.

Segundo a Organização, as bicicletas serão destinadas ao projeto de oficina comunitária de bicicletas, o qual fomenta a geração de trabalho e renda para a população; e ao projeto "Bota pra Rodar", em parceria com a AMECICLO (Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife), em que as bicicletas ficam à disposição da comunidade, para empréstimo, com valor muito acessível.

Carteiras escolares são doadas pela CGJ-PE e utilizadas em atividades sociais

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) doou, em 2022, carteiras escolares apreendidas em processos judiciais, que estavam no Depósito Judicial da Capital. As carteiras foram entregues à ONG Moradia e Cidadania-Coordenação Pernambuco, que tem como objetivo promover a cidadania de populações em situação de vulnerabilidade social, e serão reaproveitadas em atividades sociais desenvolvidas pelo Centro Cultural e Social Severinos e pela Casa da Esperança.

Foram doadas 249 carteiras escolares à ONG, criada por funcionários da Caixa Econômica Federal, que possui convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).



CIDADANIA



Mutirão da Cidadania realiza emissão de documentos de vítimas das chuvas no Estado

Com um olhar atento às vítimas das chuvas que atingiram o Estado entre maio e junho de 2022, a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) instituiu, por meio da portaria nº 112/2022, o Mutirão da Cidadania, que teve como objetivo viabilizar a emissão gratuita de segundas vias de certidões de nascimento, óbito e casamento aos afetados. A ação, realizada de forma conjunta com a Ouvidoria Geral de Justiça e em parceria com a Associação

dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco - ARPEN-PE, teve início no dia 27 de junho.

A iniciativa contemplou, inicialmente, os municípios de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Camaragibe, e logo expandida para cidades da Zona da Mata Sul.

As Serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais que realizaram a emissão de Certidões nos moldes do Mutirão da Cidadania

foram ressarcidas pelo Fundo Especial do Registro Civil de Pernambuco - FERC-PE.



Convênio garante emissão gratuita de segundas vias de certidões solicitadas pelo Programa Governo Presente

A CGJ-PE, a Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco (Arpen-PE) assinaram, em setembro de 2022, convênio para ampliar e agilizar a emissão de segundas vias das certidões de forma gratuita para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa observou a necessidade da rápida e imediata obtenção dos documentos que atestem nascimentos, casamentos e óbitos, que são indispensáveis para que as pessoas exerçam na plenitude seus direitos fundamentais positivados na Constituição da República.

A partir do convênio, a emissão de segundas vias das certidões passou a ser realizada pelos cartórios a partir de pedidos oriundos das atividades desempenhadas pelo programa social do Governo do Estado, denominado "Governo Presente de Ações Integradas para a Cidadania" – GPAIC. O convênio vale para todo o Estado. O objetivo é prestar os necessários serviços para o atendimento das necessidades das cidadãs e dos cidadãos.

ENCONTROS REGIONAIS



Encontros Regionais promovem aperfeiçoamento das práticas de gestão na Justiça Estadual

Ao longo de 2022, a Corregedoria Geral da Justiça e a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco promoveram Encontros Regionais que reuniram magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário estadual com o objetivo de aperfeiçoar as práticas de gestão desenvolvidas pela Justiça pernambucana. O último encontro foi realizado no dia 15 de dezembro, no Polo da Região Metropolitana, e ocorreu na Escola Judicial (Esmape).

Antes, foram promovidos encontros nos polos de Petrolina, Serra Talhada, Garanhuns, Caruaru, Mata Sul (Vitória de Santo Antão) e Mata

Norte (Carpina), reunindo várias comarcas.

Durante o evento realizado na Esmape em dezembro, o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ricardo Paes Barreto, concedeu diplomas de reconhecimento a todos os colaboradores dos encontros e agradeceu a participação. “Foi um momento muito rico, com informações necessárias para que possamos melhorar a prestação jurisdicional ofertada à população. Chegamos ao fim deste projeto com sentimento de gratidão”, ressaltou à época.

51 ANOS CGJ-PE

CGJ-PE celebra 51 anos de compromisso com a sociedade e justiça

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco completou, em 2022, 51 anos. A solenidade de comemoração, realizada no Fórum Thomaz de Aquino, foi marcada por homenagens, pela inauguração da Galeria Virtual de Corregedores Gerais da Justiça, que tem como objetivo de ampliar o acesso à história do órgão, e pelo lançamento do livro “A arte de Francisco Brennand na Corregedoria-Geral da Justiça”, feito em parceria pela Corregedoria e pelo Centro de Estudos Judiciários.

Durante a cerimônia, foram entregues placas e diplomas a ex-presidentes do TJPE, a ex-corregedor-geral da

Justiça e a pessoas, físicas e jurídicas, que tenham prestado relevantes serviços à sociedade pernambucana.

A CGJ-PE tem como missão a fiscalização, disciplina, controle e orientação dos serviços judiciais e extrajudiciais do Estado de Pernambuco. A inauguração da Galeria Virtual de Corregedores Gerais da Justiça buscou resgatar a história de todos os corregedores que estiveram à frente do órgão. Um QR Code, instalado no espaço físico que abriga as imagens dos 30 desembargadores que estiveram à frente do órgão, localiza o Fórum Thomaz de Aquino, direciona as pessoas para o ambiente virtual com informações sobre os magistrados.

Durante a solenidade, placas e diplomas também foram entregues a personalidades que contribuíram com a Justiça e com a sociedade pernambucana. No total, foram 31 agraciados, entre ex-presidentes, membros da Corregedoria e pessoas físicas e jurídicas.

O lançamento do livro “A arte de Francisco Brennand na Corregedoria-Geral da Justiça” encerrou a solenidade. A obra, produzida pela CGJ e pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), reúne todo o acervo disponível no gabinete do corregedor-geral produzido pelo renomado artista plástico pernambucano. As 32 pinturas, com a temática da Justiça, foram adquiridas em 1997.





Corregedoria entrega homenagens para autoridades que contribuíram com o Judiciário

O ano de 2022 na Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) foi marcado também pelo reconhecimento da atuação de autoridades que contribuíram para o crescimento da Justiça Estadual. Além de entregar placas e diplomas a ex-presidentes do TJPE, a ex-corregedor-geral da Justiça e a pessoas, físicas e jurídicas, durante a comemoração dos 51 anos da CGJ-PE, o órgão também realizou diversas outras homenagens, somando mais de 70 ao longo do ano.

Do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), foram homenageados servidores e servidoras, desembargadores e desembargadora, além de juízes e juízas de direito. Também foram agraciados ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entre eles, o vice-presidente da Corte, ministro Og Fernandes; o então superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, delegado Daniel Grangeiro de Souza; integrantes do Poder Executivo estadual; além de jornalistas e instituições parceiras, como a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco (ARPEN). A lista completa pode ser acessada no site da CGJ-PE.

As homenagens foram entregues em eventos, a exemplo da última etapa dos Encontros Regionais do Polo Região Metropolitana, além de outros encontros realizados ao longo do último ano.



**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**
COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA



**PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO**
